



**Quando os casos noticiados fazem parte do problema: uma análise sobre narrativas jornalísticas e a culpabilização das mulheres vitimadas em Goiás de 2016 a 2017**

**Cuando los casos denunciados son parte del problema: un análisis de las narrativas periodísticas y la culpabilización de las mujeres victimizadas en Goiás de 2016 a 2017**

**When reported cases are part of the problem: an analysis of journalistic narratives and the blaming of victimized women in Goiás from 2016 to 2017**

**Rakell Dhamarys Moreira**

Mestre e Doutoranda Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás - PPGIDH/UFG  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7382-1174> / E-mail: [adv\\_rakellthamarys@gmail.com](mailto:adv_rakellthamarys@gmail.com)

**Profa. Dra. Angelita Pereira de Lima**

Bacharela em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo, Mestra em Educação Brasileira e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Reitora da Universidade Federal de Goiás para o período de janeiro de 2022 a janeiro de 2025.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1175-8162> / E-mail: [angelita\\_lima@ufg.br](mailto:angelita_lima@ufg.br)

**Prof. Dr. Carlos Ugo Santander Joo**

Doutor em Sociologia - Estudos Comparados sobre América Latina pela Universidade de Brasília (UnB) (Brasil/2004). Mestrado em Estudios Políticos y Sociales Latino-americanos pelo Instituto Latino-americano de Doctrina y Estudios Sociales (ILades) hoje, Universidade Padre Alberto Hurtado (Chile/1999)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3020-3434> / E-mail: [carlossantander@ufg.br](mailto:carlossantander@ufg.br)

**Rosely Maria dos Santos**

Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás - PPGIDH/UFG  
E-mail: [roselyadv Santos@gmail.com](mailto:roselyadv Santos@gmail.com)

**Áthara Esther Soares Souza**

Advogada militante  
E-mail: [atharacarvalho@gmail.com](mailto:atharacarvalho@gmail.com)

**Resumo**

Este artigo busca incitar o debate sobre as narrativas dos jornais diários de Goiânia, *O Popular* e *Diário da Manhã*, entre 2016 a 2017, com a culpabilização das vítimas de estupro, estabelecendo, para isso, uma relação entre elas no intuito de identificar se há uma naturalização da violência de gênero nas publicações dos veículos de comunicação. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é realizar uma análise de conteúdo entre as narrativas dos dois jornais para observar se os jornalistas reproduzem narrativas que favorecem a manutenção da violência de gênero. Dessa forma, foram analisados o corpo da matéria, lide, título e retrancas. O Tema abordado nesse estudo possui perspectiva interdisciplinar que envolve as categorias de gênero e interseccionalidades étnico-raciais e de classe cuja análise restou prejudicada haja vista que foram deixados de lado nos casos noticiados. A metodologia utilizada foi a qualitativa e o método de Análise de Conteúdo (AC), da teórica Bardin (1977),



que é um método importante para interpretar os resultados das narrativas dos jornais, ou seja, das palavras e termos, na busca dos sentidos encobertos que cooperam para a naturalização e propagação da violência de gênero, da cultura do estupro e da violação dos direitos humanos das mulheres, além da pesquisa bibliográfica. Ao final, a amostra analisada apontou como resultado que as narrativas dos jornais, no padrão em que são apresentadas, influenciam na culpabilização da vítima de estupro, o que nos permite dizer que esse padrão narrativo acaba por favorecer e reforçar a reprodução da desigualdade de gênero e naturalização da violência contra mulheres.

**Palavras-chave:** Estupro. Gênero. Jornais. Direitos humanos das mulheres.

### Resumen

Este artículo busca suscitar el debate sobre las narrativas de los diarios de Goiânia, O Popular y Diário da Manhã, entre 2016 y 2017, con la culpabilización de las víctimas de violación, estableciendo, para eso, una relación entre ellas con el fin de identificar si existe una naturalización de la violencia de género en las publicaciones de los medios de comunicación. Así, el objetivo general de esta investigación es realizar un análisis de contenido entre las narrativas de los dos diarios para observar si los periodistas reproducen narrativas que favorecen el mantenimiento de la violencia de género. De esta forma, se analizó el cuerpo del artículo, encabezamiento, título y puntales. El tema abordado en este estudio tiene una perspectiva interdisciplinar que involucra las categorías de género e interseccionalidades étnico-raciales y de clase, cuyo análisis se vio perjudicado por quedar fuera de los casos relatados. La metodología utilizada fue la cualitativa y el método de Análisis de Contenido (AC), del teórico Bardin (1977), que es un método importante para interpretar los resultados de las narrativas periodísticas, es decir, de las palabras y los términos, en la búsqueda de significados, que cooperen para la naturalización y propagación de la violencia de género, la cultura de la violación y la vulneración de los derechos humanos de las mujeres, además de la investigación bibliográfica. Al final, la muestra analizada apuntó como resultado que las narrativas periodísticas, en el patrón en que se presentan, influyen en la culpabilización de la víctima de violación, lo que permite afirmar que este patrón narrativo acaba favoreciendo y reforzando la reproducción de desigualdad de género y naturalización de la violencia contra las mujeres.

**Palabras Claves:** Violación. Género. Periódicos Derechos humanos de la mujer.

### Abstract

This article seeks to incite the debate on the narratives of the daily newspapers of Goiânia, O Popular and Diário da Manhã, between 2016 and 2017, with the blaming of rape victims, establishing, for this, a relationship between them in order to identify if there is a naturalization of gender violence in the publications of the communication vehicles. Thus, the general objective of this research is to carry out a content analysis between the narratives of the two newspapers to observe if the journalists reproduce narratives that favor the maintenance of gender violence. In this way, the body of the article, lead, title and outriggers were analyzed. The topic addressed in this study has an interdisciplinary perspective that involves the categories of gender and ethnic-racial and class intersectionalities whose analysis was impaired since they were left out in the reported cases. The methodology used was qualitative and the method of Content Analysis (CA), from the theoretical Bardin (1977), which is an important method for interpreting the results of newspaper narratives, that is, of words and terms, in the search for meanings, that cooperate for the naturalization and propagation of gender violence, the culture of rape and the violation of women's human rights, in addition to bibliographic research. In the end, the analyzed sample pointed as a result that the newspaper narratives, in the pattern in which they are presented, influence the blaming of the rape victim, which allows us to say that this narrative pattern ends up favoring and reinforcing the reproduction of gender inequality, and naturalization of violence against women.

**Keywords:** Rape. Genre. newspapers. Women's human rights.

**Recebido em:** 28/05/2022

**Aceito em:** 21/06/2022

## Introdução

As narrativas jornalísticas a respeito da violência sexual contra mulheres nos jornais impressos de Goiás *O Popular e Diário da Manhã*, geralmente, apresentam um padrão na estruturação de suas matérias: as mulheres são sujeitas pacientes que sofrem a ação,



ou são classificadas como objetos diretos ou indiretos que também sofrem a ação, e, além de haver palavras tendenciosas nos títulos, a atenção é direcionada para a sua conduta ou para os seus estereótipos de gênero. E o que era para ser uma informação social sobre um problema que precisa ser debatido e modificado, torna-se, na prática, mais uma forma de violência contra mulheres: a simbólica<sup>2</sup>, o que pode resultar ou não na culpabilização das mulheres vitimadas.

Os resultados encontrados por essa pesquisa revelaram que isso vêm ocorrendo porque a forma como são empregados os termos e as palavras nessas matérias jornalísticas cooperam para a manutenção do padrão de dominação também encontrado na violência sexual: mulher/vítima/passiva/fraca/dominada e homem/agressor/ativo/forte/dominador, o que acaba por reforçar a ideia de que a violência sexual é algo comum ao convívio social a qual não pode ser modificada, por isso o fato de ser mulher/dominada e não se comportar adequadamente atrai para si o estupro, o que não é verdade.

Acreditamos que, com isso, o papel de conscientização que a imprensa poderia exercer, ao colocar as mulheres como proativas da matéria quando essas registram o ocorrido às autoridades, corajosamente, rompendo com a situação da violência e se tornando sujeitos de direitos, acaba sendo perdido, já que o foco dos casos noticiados é concentrado no homem, no “suspeito”, que, mesmo quando é o “vilão”, continua sendo o ativo da história, reforçando que o discurso ainda é masculino e que o palco é dele: o poderoso macho.

Chauí (1985), por sua vez, entende que a construção de narrativas é um discurso para mulheres e não de mulheres. Ao dialogar com o pensamento da autora com esse estudo podemos inferir que os resultados encontrados por essa pesquisa apontam no mesmo sentido, ou seja, trata-se de um discurso para mulheres porque o intuito não é libertá-las, mas estereotipá-las, culpabilizá-las, mostrar quem está no poder, reforçar o seu papel de vítima, a sua incapacidade de se autoprotger, a sua dependência e submissão aos homens salvadores e heróis. É para mulheres porque simplesmente reforça a dominação pelo medo da violência.

Com isso, as narrativas jornalísticas deixam de fazer parte da solução para se tornarem parte do problema ao utilizarem termos e palavras que contribuem não apenas para uma baixa compreensão do problema como contribui à manutenção e reprodução das desigualdades de gênero e da cultura do estupro em Goiás e no Brasil.

Diante do contexto apresentado, esse artigo se justifica porque, apesar do aumento do problema da violência sexual, pouco se analisa sobre a culpabilização dessas vítimas nos noticiários e como isso pode contribuir para a manutenção do problema. É nesse sentido que aqui se considera as narrativas como parte do problema ora estudado.

---

<sup>2</sup> Pierre Bourdier. *Dominação Masculina*. 2014.



Esse estudo analisou, portanto, um velho problema sob um novo olhar: o da interdisciplinaridade entre a sociologia, a psicologia social, a comunicação, a ciência política, o direito e os direitos humanos, ou seja, o estupro e a culpabilização das mulheres vitimadas serão investigados sob o enfoque de gênero, jornalismo e dos direitos humanos das mulheres conforme passamos a apresentar.

### **Estudo interdisciplinar: gênero e jornalismo como matrizes do problema da culpabilização de mulheres vitimadas**

O estupro é uma violência que acompanha e macula a história da humanidade. O termo *stuprum* é de origem latina e tinha a conotação de desonra ou vergonha. No “no antigo Direito Romano, significava qualquer impudícia praticada com homem ou mulher, casado ou não” (FRAGOSO apud PÊCEGO, 2018, p. 11) e era punido com morte.

Com a *Lex Julia de adulteris*, em 18 d.C., o Direito Romano separou o estupro do adultério, referindo-se ao estupro como união ilegal com viúva, e ao adultério como a relação sexual com mulher casada.

Susan Brownmiller (1975, p. 15), destaca que “de tempos pré-históricos até o presente, (...) o estupro exerceu uma função crítica. (...) É um processo consciente de intimidação pelo qual – todos os homens – mantêm – todas as mulheres – em um estado de medo”. Isso possui relação com a leitura que Maria Filomena Gregori (1993) faz do medo da violência, como ele mantém a mulher na condição de vítima (não sujeito de direitos) e na reprodução da violência pelo medo.

A propósito, Pêcego (2018) narra que foi na Idade Média que surgiu a figura do estupro como ato violento cuja pena era a morte. Igualmente, nesse sentido, o autor menciona que as Ordenações Filipinas puniam todo o homem que dormisse forçosamente com uma mulher.

O crime de estupro não era visto “como um crime do homem contra a mulher. (...) Mulheres eram subsidiários próprios e não seres independentes. Estupro não poderia ser imaginado como uma questão de consentimento ou recusa feminina” (BROWNMILLER, 1975, p. 18).

Essa visão sobre como os crimes sexuais foram ganhando proteção legal leva Brownmiller (1975, p. 18) a afirmar que “o estupro entrou para a lei pela porta dos fundos, por assim dizer, como um crime de propriedade de homem contra homem. A mulher, é claro, era vista como a propriedade”.

Percebe-se que antigamente não se cogitava o estupro como uma violência ao direito da mulher à integridade, à dignidade ou à liberdade sexual, pelo contrário, isso era impensável na época. Aliás, ainda hoje nos discursos dos estupradores, eles não se



definem como criminosos e veem o corpo da mulher como objeto de satisfação do homem que tem o direito de usufruir (SCARPATI, 2017). Em 1830, passou-se então à pena de prisão para o estuprador, como narra Pêcego (2018).

No Brasil, o marco inicial sobre esse delito é pré-colonial, em que cada tribo indígena aplicava sua pena específica, era o denominado “período da vingança” (ROSSI, 2016, p. 49).

No período colonial, o país colônia de Portugal até 1822 submeteu-se, entre outras ordenações reais, às Ordenações Filipinas ou “Código de Filipo, promulgado por Filipe I de Portugal”, o qual no título XVIII<sup>3</sup> previa que “todo homem, de qualquer stado e condição que seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher posto que ganhe dinheiro per seu corpo, ou seja scrava, morra po ello”, ou seja, o estupro era punido com a pena de morte, exceto se a mulher fosse prostituta ou escrava.

Após a Proclamação da Independência em 1822, editoram-se no Brasil alguns Códigos Penais, como narra Rossi (2016), sendo eles o Código Penal do Império em 1830, que, além de ser o primeiro código penal no país, usou a palavra estupro, o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil em 1890, as Consolidações das Leis Penais em 1932 e, finalmente, o Código Penal de 1940. Em todos esses códigos, o estupro era visto como uma proteção das mulheres enquanto propriedades de homens, fossem eles o pai, o irmão, o marido, etc.

Para que o estupro deixasse de ser um crime contra mulheres – propriedades de homens –, segundo Samantha Moura (2017), para ser um crime contra os direitos sexuais, conceituados por Chacham (2004) como a disposição do corpo, a liberdade para o exercício da sexualidade em seus amplos aspectos, bem como das preferências sexuais, da liberdade em escolher o parceiro e das atividades sexuais, foi necessária uma (des)construção provocada por lutas feministas.

Segundo Chacham (2004), essa construção foi progressiva, todavia, lenta em relação aos documentos das Organização das Nações Unidas, que, após diversas lutas, elevou o estupro como uma violação de direitos humanos.

Chacham (2004) assevera que o direito sexual propriamente dito teve início no Brasil a partir de 1960 com o feminismo de segunda onda, após a invenção da pílula anticoncepcional, e da IV Conferência Mundial da Mulher em 1995 na cidade de Pequim, que afirmou o direito à liberdade sexual como parte dos direitos humanos.

---

<sup>3</sup> BRASIL. Ordenações Filipinas. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020. Termos e palavras extraídas e mantidas sem correção, conforme versão original.



Somente a partir dessa mudança de cenário pelas lutas feministas é que os direitos sexuais foram ecoando mudanças pontuais no Código Penal de 1940, atualmente em vigor. O “Projeto de Lei da deputada Iara Bernardi resume as propostas dos movimentos feministas e juristas preocupadas com as situações de discriminação e violência às quais as mulheres eram secularmente sujeitas” (SOUSA; ADESSE, 2005, p. 52). Esse e outros projetos legislativos foram avanços importantes para os direitos sexuais que temos hoje, contudo ainda há um longo caminho a ser percorrer nesse sentido e problemas a serem combatidos.

Por isso, nesse artigo, apresentaremos esse velho problema social sob um novo prisma, a fim de descrever e compreender a culpabilização das mulheres violadas pelas narrativas dos jornais goianos, assim como sua relação com a manutenção da naturalização dessa violência, e como essas práticas podem ser modificadas. Aí reside o novo olhar interdisciplinar entre narrativas, violência sexual contra as mulheres e o gênero.

Esse novo olhar é extraído das inferências a partir da análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1977), dos termos e palavras utilizados nas 16 coberturas jornalísticas de violência sexual analisadas e selecionadas, dentre um total de 93 coberturas jornalísticas sobre violência contra mulheres noticiadas no período de 2016 a 2017. Para essa análise foram avaliadas da matéria e de seu corpo as palavras dos títulos<sup>4</sup>, das retrancas<sup>5</sup>, do lide<sup>6</sup>, do que é dito do crime (motivação) e do que é dito sobre a mulher, conforme se apresenta *ipsis litteris* no quadro nº 1 a seguir.

QUADRO 1 – GERAL DE MATÉRIAS DOS JORNAIS “DIÁRIO DA MANHÃ” (DM) E “O POPULAR” (OP) 2016/2017									
Código	Jornal	Data	Retranca	Título	Lide	Motivação	Sobre a mulher	Nome	Nome
DM003	DM	17/03/16	Violência	Marido e amigos estupram mulher	Dois homens foram presos nesta quarta-feira (16) suspeitos de estuprarem uma mulher de 34 anos, na Vila Ana Maria, em Goiânia. O crime aconteceu durante a madrugada na casa da vítima. O marido da mulher, Marco Aurélio Sousa, 47 anos, é um dos suspeitos.	A vítima se recusou a ter relações sexuais com o marido.	A mulher toma remédios tarja preta por conta de problemas de saúde e se negava a ter relações sexuais com o marido.	NI	Marco Aurélio Sousa
DM009	DM	11/10/16	Violência	Mulher diz ter sido estuprada e jogada de moto em movimento	Uma equipe do Corpo de Bombeiros socorreu na manhã de ontem, 10, uma mulher de 35 anos, cuja identidade não foi divulgada, que alegou ter sido estuprada por um motociclista e após o ato foi jogada da moto em movimento, no Residencial Ilhas do Caribe, em Goiânia.	NI	NI	NI	NI
DM013	DM	07/02/17	Morrinhos	Polícia resgata mulher mantida em cárcere privado	A Polícia Civil resgatou, na última sexta-feira (3), uma mulher que era mantida em cárcere privado dentro de uma residência no município. A vítima, de 37 anos,	NI	Possui problemas mentais.	NI	NI

<sup>4</sup> O título deve enfatizar o factual e deve estar harmonizado com os outros elementos textuais da matéria. O título deve ser formado apenas pelas palavras indispensáveis. Deve-se conjugar o verbo no presente do indicativo, evitar o uso de negativas. (Dicionário online. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/rotinas/agencia-e-jornal/edicao/titulo>).

<sup>5</sup> É o nome que se dá à reportagem para identificá-la internamente. Geralmente, é criado usando de duas a três palavras do VT com uma barra separando as palavras-chave. Uma retranca nunca deve ser alterada desde a pauta até o arquivamento da matéria, sob o risco de nunca mais ser localizada. (Dicionário online. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/retranca>).

<sup>6</sup> O lide tem por objetivo introduzir o leitor na matéria e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. (...) Toda matéria deve ser iniciada com a informação que mais interessa ao leitor e ao debate público. (...) deve responder às perguntas: O quê? Quando? Como? Onde? E por quê? (Folha de S. Paulo – Manual da Redação, 2001, p. 28). No direito, também existe essa palavra “lide”, mas é “a lide” que significa ação/demanda/processo contencioso (Dicionário Jurídico, 2008, p. 250).



QUADRO 1 – GERAL DE MATÉRIAS DOS JORNAIS “DIÁRIO DA MANHÃ” (DM) E “O POPULAR” (OP) 2016/2017

Código	Jornal	Data	Retranca	Título	Lide	Motivação	Sobre a mulher	Nome	Nome
					possui problemas mentais. A suspeita é de que ela sofria abusos.				
DM018	DM	24/05/17	Violência	Homem invade casa e abusa sexualmente de idosa em Aparecida de Goiânia	Uma idosa de 63 anos viveu momentos de tensão, na manhã de segunda-feira (22), dentro da casa onde mora, no Setor Bandeirante, em Aparecida de Goiânia, depois que um homem, de 37 anos, pulou o muro da residência e abusou sexualmente dela. Ele é vizinho da vítima e foi detido na casa da mãe, em Goiânia	NI	NI	NI	NI
DM021	DM	18/08/17	Crime	Professor da UFG é denunciado por crimes sexuais	Professor do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí, Rogério Elias Rabelo foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF-GO) em Rio Verde por assédio sexual e estupro de vulnerável.	NI	NI	NI	Rogério Elias Rabelo
OP002	OP	4/4/16	Crime	Preso ao ser flagrado tentando estupro	Um detento do regime semiaberto foi preso após tentar violentar a recepcionista de um hospital na praça São Geraldo, no centro de Bonfinópolis, região metropolitana de Goiânia.	NI	NI	NI	Gleudson Divino Aguiar
OP008	OP	9/5/16	Violência	Preso homem suspeito de estupro	Um homem foi preso no jardim Maria Helena, em Goiânia, suspeito de estuprar e esfaquear uma jovem no Setor Universitário e roubar outra mulher. Segundo um policial militar, o suspeito atingiu com golpes de faca as nádegas da vítima para cometer o abuso	NI	NI	NI	NI
OP010	OP	25/5/16	Confissão	Suspeito de estupro é preso em flagrante após ser reconhecido	O engenheiro da computação Weder Nogueira dos Santos, de 30 anos, foi preso em flagrante por estupro no final da manhã de ontem, em Senador Canedo. Ele foi reconhecido por uma vítima de 20 anos atacada por ele na segunda-feira. "A vítima reconheceu o homem, o carro vermelho onde ela foi estuprada e a roupa que ele usava", contou o capitão Clécio Teles, subcomandante do 27º BPM	NI	NI	NI	Weder Nogueira dos Santos
OP018	OP	16/9/16	Assédio	Mulher denuncia abuso no Eixo Anhanguera	Um homem de 39 anos foi detido ontem suspeito de assédio ao se esfregar em passageira grávida de 4 meses no Eixo Anhanguera em Goiânia.	NI	NI	NI	NI
OP025	OP	14/11/16	Briga de casal	Marido é preso por agredir mulher	Um homem foi preso em flagrante ontem de manhã, no setor Coimbra, por manter a própria mulher em cárcere privado, agredi-la e forçá-la a ter relações sexuais. A vítima foi encontrada pelos policiais trancada em casa. Ela relatou que o agressor chegou de madrugada, sob efeito de álcool e drogas, a forçou a ter relações sexuais e a ameaçava com uma faca para que ela não chamasse a polícia.	NI	NI	NI	NI
OP026	OP	21/11/16	Garavelo	Preso suspeito de estupro	Um homem de 37 anos foi preso em flagrante por estuprar uma mulher, de 39, no setor Garavelo B, em Goiânia. Os dois foram encontrados sem roupa em um lote baldio quando a PM chegou e deu voz de prisão ao suspeito. A mulher apresentava lesões por todo o corpo, incluindo mordidas, e diz ter sido estuprada e recebido ameaças de morte para não pedir socorro, diz a PM. O suspeito possui diversas passagens pela polícia, entre elas tentativa de homicídio e estelionato. Foi levado para a Delegacia da Mulher (DEAM), preso.	NI	NI	NI	NI
OP027	OP	26/11/16	Violência	Mulher foge de cativo em Águas Lindas de Goiás	Uma jovem de 22 anos conseguiu fugir, na manhã de ontem, do cativo em Águas Lindas de Goiás, na cidade no entorno do Distrito Federal, onde era mantida desde a noite de quinta-feira, 24, por um homem que teria obrigado a vítima a tirar fotos nua. Uma outra mulher que teria ido até o local com a jovem, de aproximadamente 17 anos, ainda não foi localizada.	NI	Vítima teria marcado encontro pelo Facebook	NI	NI
OP030	OP	30/12/16	Setor Alice Barbosa	Suspeito de estupro tinha 250 kg de drogas	Homem suspeito de estuprar uma jovem de 19 anos foi preso em sua casa.	NI	NI	NI	Jhonathan Richard dos Santos Ramos
OP044	OP	24/05/17	Aparecida de Goiânia	Suspeito de abusar de idosa de 63 anos é preso	Um homem, de 37 anos, foi preso suspeito de abusar sexualmente da vizinha, de 63, no setor Bandeirante, em Aparecida de Goiânia. Segundo a polícia, em depoimento, a vítima relatou que o homem rasgou suas roupas, sua calcinha e a violentou. Ele já tinha passagens por roubo e era foragido do regime semiaberto desde o indulto de Natal.	NI	NI	NI	NI



QUADRO 1 – GERAL DE MATÉRIAS DOS JORNAIS “DIÁRIO DA MANHÃ” (DM) E “O POPULAR” (OP) 2016/2017

Código	Jornal	Data	Retranca	Título	Lide	Motivação	Sobre a mulher	Nome	Nome
OP051	OP	18/08/17	Investigação	Professor da UFG é denunciado por estupro	O professor Rogério Elias Rabelo, do curso de Medicina Veterinária da regional de Jataí da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por abusar sexualmente de uma orientanda, em Goiânia. De acordo com a denúncia, o estupro ocorreu em um apartamento da capital, onde eles estavam hospedados para participar de um congresso. Em nota ao G1, a UFG afirmou que repudia qualquer forma de violência e que a denúncia é apurada por um Processo Administrativo Disciplinar.	NI	NI	NI	Rogério Elias Rabelo
OP053	OP	03/09/17	Estupro e morte	Preso entregador de pizza suspeito de crimes	Um entregador de pizza, 37 anos, suspeito de estuprar e matar a idosa Maria José da Silva, de 61 anos, na madrugada do dia 11 de julho, em Águas Lindas de Goiás, foi preso no local onde trabalhava, em Taguatinga (DF). Ele foi encontrado após análise de filmagens, com a ajuda de uma testemunha. Segundo a polícia, ele confessou os crimes.	NI	NI	Maria José da Silva	NI

FONTE: GRUPO BENEDITA TATU  
 READAPTAÇÃO: RAKELL DHAMARYS MOREIRA

Dessa forma, os dados coletados, conforme o resultado apresentado e debatido adiante, evidenciam aspectos que revelam os fios de trama da violência sexual presentes nas narrativas jornalísticas. Com a análise desses dados aliada à leitura da realidade social, seguimos mergulhando para a teoria, pois, parafraseando Saffioti (2004, p. 43), ela é muito “importante para que possamos operar transformações profundas na sociedade”.

Identifica-se desse quadro nº1, isso já inicialmente, nos títulos, que as mulheres aparecem como objeto sofrendo a ação, “estupram, abusam, resgatada, mantida”, ou como sujeito paciente “diz ter sido estuprada”, que também sofre a ação de violência sexual. Isso reforça como as categorias de gênero se fazem presente na prática das agressões e nas narrativas sobre essas mulheres. É possível que estejamos reproduzindo “discursos sobre as mulheres” e “não das mulheres” (CHAUÍ, 1985, p. 46).

As narrativas jornalísticas demonstram a reificação das mulheres como um objeto sexual, impondo a elas a passividade tida por característica da feminilidade, reforçam a ideia da impossibilidade dela se autoprotger socialmente, sustentam que suas características de inferioridade fazem dela uma vítima, do homem um agressor e, pela cobertura e visibilidade que possuem, fazem parecer que o estupro seja um fenômeno “típico das camadas populares”, como bem pontua Angelita Lima (2001, p. 14), tornando invisíveis as questões de classe e raça que permeiam as violências contra as mulheres.

As violências contra as mulheres são tangenciais às classes sociais, faixas etárias e grupos étnicos raciais, mas a cobertura jornalística, que seleciona os casos a serem divulgados, aponta para um grupo social, o que naturaliza a violência como própria desse grupo. Para Perseu Abramo (2016), essa é uma das formas em que pode ocorrer a manipulação da informação.





Essa manipulação, para Abramo (2016, p. 38), nada mais é do que o resultado da “relação que existe entre a imprensa e a realidade”, que, segundo ele, associa-se ou é “parecida com a que existe entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem: é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real.”

Isso faz com que a manipulação das informações seja “deliberada” e tenha um “significado e um propósito” (ABRAMO, 2016, p. 58). Esse propósito, para Abramo (2016), possui uma função político-partidária utilizada pela imprensa para recriar uma realidade para exercer o poder a sua maneira em um círculo de ferro em que o leitor será preso e manipulado.

Por essa razão, o autor concebe a imprensa como “agentes partidários, entidades parapartidárias, únicas, sui generis”, já que deixam de servir à “sociedade civil para se tornarem instituições da sociedade política” que buscam exercer o poder para defender os seus próprios interesses (ABRAMO, 2016, p. 63).

Por isso, a culpabilização das mulheres nos casos de violência sexual noticiados não ocorre por mera reprodução das fontes de informação do jornal, que embasam as matérias, mas porque manter as mulheres como parte dominadas e as desigualdades de gênero servirá a um propósito político exercido por meio do jornal impresso, para que essa realidade existente entre homem/mulher e dominador/dominada não se altere, para que seja vista pela sociedade como inalterável.

Isso porque a alteração dessa realidade, a partir do que entende Abramo (2016), representaria para os meios de comunicação uma ameaça provocada pela transformação das estruturas de poder, o que poderia destituí-los das suas regalias e do próprio poder que exercem, arriscando-se a ficar sob controle do público, o que não seria interessante para a imprensa.

Como é interessante para os meios de comunicação manter os padrões de dominação nos títulos das matérias para reforçar a ideia de hierarquia inalterável entre os gêneros: homem, ativo, forte, dominador e a mulher, passiva, fraca, dominada. Falta para essas narrativas e títulos dar a essas mulheres a “autonomia do falar, do pensar e do agir” (CHAUÍ, 1985, p. 46).

Essa ideia de imutabilidade defendida pelas coberturas jornalísticas, quando associada a outros fatores, como a herança histórica de diferença de gênero, é reforçada por dois motivos, segundo Patrícia Rabello et al. (2006). O primeiro deles é que estamos inseridos em um mundo religioso no qual somos catequizados desde a infância e que ensina que primeiro veio Adão, depois Deus deu a ele uma companheira, Eva, que foi feita da costela



de Adão, ou seja, desde o início há uma dominação masculina, e os homens são educados para o masculino – a dominar o seu objeto, a sua posse – as mulheres.

O que explica como a agressividade masculina é ensinada e naturalizada desde a tenra infância, na construção dos papéis masculinos ligados ao seu sexo e o papel da dominação, isso é claro, desconsiderando os casos que envolvem doença mental dos agressores que daria uma discussão e um artigo à parte. E como os jornais reproduzem de forma acrítica em suas narrativas os papéis de gênero ocupados pelos homens na sociedade: o dominador, o sujeito, o detentor da força, e, portanto, o proativo da cobertura jornalística.

Nessa perspectiva, é importante dialogar com as matérias aqui coligidas dos jornais. Todas elas apresentam um padrão narrativo sobre mulheres aderindo a uma construção colonial de gênero, como se todas as mulheres fossem iguais em razão do seu gênero e por isso sofreriam o abuso da mesma forma, o que seria inadequado afirmar. Dentre essas mulheres, existem vítimas além do gênero, da raça/etnia, classe, etc.

Logo, a partir das análises de Saffioti (2015), no texto sobre Gênero e patriarcado, pode-se pressupor que uma mulher negra, pobre, homoafetiva, goiana, pode ser estuprada em razão da hipersexualização das mulheres negras, ou ainda por sua orientação sexual, de forma corretiva, ou quem sabe por pertencer a uma periferia, talvez pelos três fatores. Da mesma forma que uma mulher branca, classe média alta, heterossexual poderá ser estuprada por um desconhecido ou pelo cônjuge, etc.

Retomando aqui, o segundo motivo, para Rabello (2006), é o fato de que a mulher é ensinada para a feminilidade, ou seja, para ser dominada. Isso, inclusive, ganhou força na literatura, nas formas de representação dos papéis de gênero. Da mesma forma, se essa análise é verdadeira, ela explicaria por que, em pleno século XXI, como diz Saffioti (2015, p. 46), “tantas mulheres ainda sejam portadoras de consciências dominadas”. Mais que isso, ela responderia por que, em pleno século XXI, mulheres escrevem sobre outras mulheres de forma objetificada, dominada, vitimada e até culpabilizada.

Ao estarem inseridas em uma sociedade que se move em categorias de gênero, as mulheres, entre elas as jornalistas, assim como os jornalistas homens, acabam reproduzindo em suas narrativas as mulheres como dominadas, vítimas, passivas, vulneráveis e objetificadas, mantendo-as no papel social de gênero ocupado atualmente pela maioria das mulheres brasileiras: a dominada.

Chauí (1985, p. 47), a esse respeito, brilhantemente diz que uma das formas silenciosas pelas quais o gênero se reproduz é na ideologia de que as mulheres são naturalmente “seres para os outros” e “não seres com os outros”, por isso cabe a ela a maternidade, o “amor materno”, se realizar em outra pessoa, a heteronomia.

Isso nada mais seria que a representação da feminilidade, em outras palavras para a autora, como se a dependência social, política, cultural etc. significasse uma destinação original que coloca as mulheres como “seres para os outros”. Por esse motivo, Chauí analisa que as “mulheres praticam sobre as outras o mesmo padrão de violência porque reproduzem sobre as outras o mesmo padrão de subjetividade” (CHAUÍ, 1985, p. 47).

Inclusive, isso fica evidenciado nos resultados apresentados a seguir.

### Resultado de discussão

Ao realizar uma comparação entre o sexo dos jornalistas e as palavras que eles utilizam para identificar o texto ou o tema da violência sexual novamente, perpassamos por questões relacionadas à forma como os papéis de gênero são socialmente encarados e como isso reflete na violência sexual.

A partir do quadro nº2 apresentado abaixo, se extrai o gráfico nº1 que, sem considerar os não informados (NI), a maioria dos jornalistas são mulheres, com 18,75%, enquanto os homens seguem com 12,5%. Essas pessoas de modo geral classificaram as retrancas de suas matérias sobre crime de estupro dando o destaque às palavras como apresentadas no quadro nº 2, vejamos:

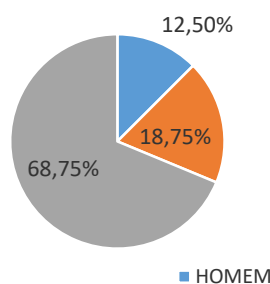
QUADRO 2 - RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS JORNALISTAS E AS SUAS RETRANCAS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL				
JORNAL	CASOS	ESCRITO POR	TÍTULO	RETRANCA
DM-2016	1º	HOMEM	Violência	Adequada
	2º	MULHER	Violência	Adequada
DM-2017	3º	NI	Morrinhos	Inadequada
	4º	MULHER	Violência	Adequada
	5º	HOMEM	Crime	Adequada
OP-2016	1º	NI	Crime	Adequada
	2º	NI	Violência	Adequada
	3º	MULHER	Confissão	Inadequada
	4º	NI	Assédio	Inadequada
	5º	NI	Briga de Casal	Inadequada
	6º	NI	Garavelo	Inadequada
	7º	NI	Violência	Adequada
	8º	NI	Setor Alice Barbosa	Inadequada
OP-2017	9º	NI	Aparecida de Goiânia	Inadequada
	10º	NI	Investigação	Inadequada

**QUADRO 2 - RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS JORNALISTAS E AS SUAS RETRANCAS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL**

JORNAL	CASOS	ESCRITO POR	TÍTULO	RETRANCA
	11º	NI	Estupro e Morte	Inadequada

Fonte: Grupo De Pesquisa Benedita Tatu  
Autoria: Rakell Dhamarys Moreira

**Gráfico 1 - Sexo dos jornalistas**

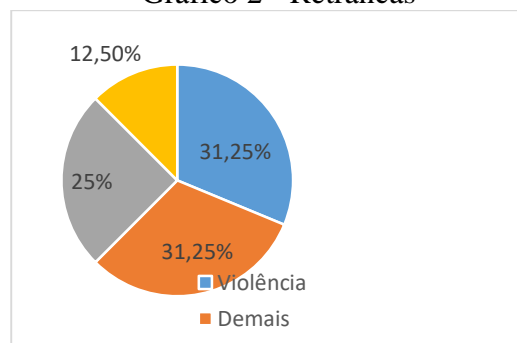


Fonte: Grupo Benedita Tatu  
Autoria: Rakell Dhamarys Moreira

Isso mostra que a violência sexual ora é vista como uma violência ou crime pelas técnicas de narrativas de homens e mulheres, ora por esses mesmos personagens ela é naturalizada como uma mera “briga de casal”, em outras o estupro é desqualificado por um mero “assédio”, em algumas é reduzido a uma “investigação”, algo que ainda está sob apuração (mesmo a própria matéria informando que o fato foi denunciado pela justiça), ou ainda é invisibilizado pelo uso das palavras que destacam os setores “Garavelo”, “Alice Barbosa”, “Garavelo”, etc.

Dessa forma, dividimos as palavras das retrancas graficamente em quatro categorias: Violência, Setor e Cidade, Demais e Crimes para analisarmos o seu destaque ao longo das 16 coberturas. Assim temos que:

**Gráfico 2 - Retranças**

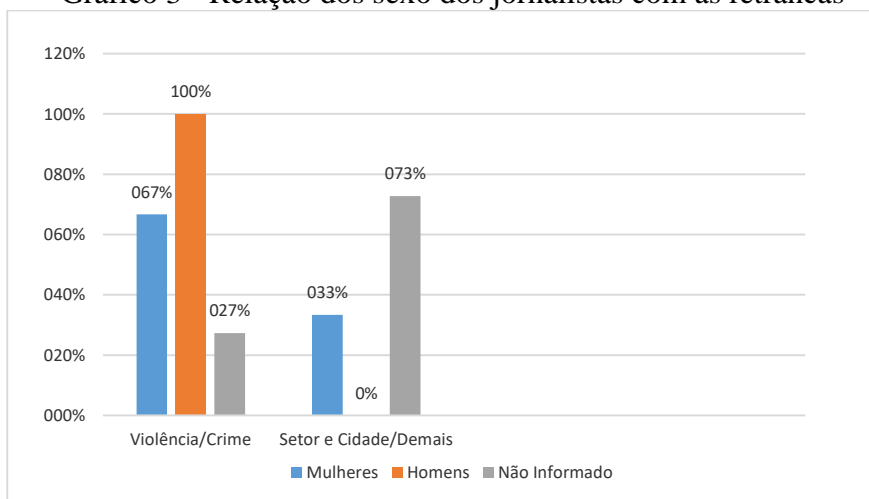


Fonte: Grupo Benedita Tatu  
Autoria: Rakell Dhamarys Moreira

A violência sexual é destacada igualmente ora como “violência”, ora como “demais” e ambas com percentual de 31,25%. Enquanto 25% destacam o nome do setor ou cidade do que para o fato em si. Apenas 12,50% a destacam como crime.

A partir das palavras utilizadas nas retrancas, os jornalistas, independentemente do sexo, utilizam o mesmo padrão/técnica de escrita que não destacam o fato narrado como violência contra mulheres, tampouco utilizam esse tema em sua retranca. Prosseguindo na análise ao se relacionar o sexo dos jornalistas com as palavras usadas nas retrancas, temos:

Gráfico 3 - Relação dos sexo dos jornalistas com as retrancas



Fonte: Grupo Benedita Tatu  
Autoria: Rakell Dhamarys Moreira

Entre os homens identificados, todos eles (100%) narram o fato descrito como Violência ou Crime, ao menos numa análise restrita às retrancas, e a eles dão esse destaque, enquanto entre elas, 66,67% o fazem. Ou seja, 33,33% delas não enxergam o tema principal do fato como Violência ou Crime e dão a eles palavras diversas.

Novamente, se o que Chauí (1985) afirma é válido, é possível dizer que as narrativas de jornalistas mulheres acabam não reconhecendo os próprios fatos narrados como violência sexual contra outras mulheres, isso porque conforme defende a autora essas narrativas teriam internalizado os discursos das finalidades externas dos papéis femininos para tornar justificáveis as diferenças/desigualdades entre homens/mulheres e elas/outras e, a partir disso, suportar essa realidade.

E como esses papéis colocam as mulheres como dominadas por uma questão de natureza feminina, a violência seria então apenas uma resposta dessa desnaturalização de seus



papéis de gênero por aquelas mulheres, logo, o fato que narram é tido como algo natural, sem maiores destaques.

Assim o investimento ideológico é carregado de desejos, fantasias e fantasmas cuja origem é a exterioridade desse corpo para aqueles que lhe atribuem sentido. É também nesse aspecto que o discurso sobre as mulheres é masculino – não porque é falado por homens, mas porque é determinado por um inconsciente que precisa fantasiar a diferença para torná-la suportável, diferença que a consciência repõe como desigualdade. (CHAUÍ, 1985, p. 45).

Igualmente nesse mesmo sentido, avaliando os lides das coberturas jornalísticas no quadro nº 3, logo abaixo, constata-se que eles também apresentam o mesmo padrão narrativo: o destaque principal da notícia são os homens/agressores, mesmo no papel de vilão, eles são os protagonistas, o foco é eles, fala-se deles e não sobre eles. O palco é deles e o discurso sobre “mulheres é masculino” (CHAUÍ, 1985, p. 45).

“No entanto, o fato de as mulheres só constarem como vítimas – em vez de como agentes no exercício da sua sexualidade – reforça a visão patriarcal na qual as mulheres são seres dessexualizados, sem poder e vítimas passivas da violência do macho” (CHACHAM, 2004, p. 82).

Isso acaba por reproduzir as desigualdades sociais do gênero ao associar o comportamento masculino a uma atividade que aparentemente nunca irá mudar, face a uma fragilidade feminina que aparentemente também nunca irá mudar por uma condição de natureza, sendo a violência como algo inevitável e natural aos que não se adequam a essa condição “natural”, enquanto na verdade tudo isso são construções sociais passíveis de alterações.

A nosso ver, entende-se, mesmo diante da ausência de pesquisas nesse sentido, que, ao mudar a forma como o lide é escrito em matérias de violência contra mulheres, quebrar-se-iam os padrões de gênero, pois as mulheres seriam narradas como proativas de suas histórias, afinal elas que “denunciaram”, elas que devem ser vistas como sujeito de direito que são, ativas, autônomas, que falam e que agem, ou seja, seriam narrativas de mulheres e não sobre mulheres (CHAUÍ, 1985).

QUADRO 3 - RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS JORNALISTAS E OS LIDES - DM/OP - 2016/2017

JORNAL	Caso	A mulher denunciou?	Ela é sujeito no lide?	Poderia ser melhor escrita?	Sexo do Jornalista	CLASSIFICAÇÃO
DM2016	1º	SIM	NÃO	SIM	HOMEM	Inadequado
	2º	SIM	NÃO	SIM	MULHER	Inadequado
DM2017	3º	NÃO	NÃO	SIM	NI	Inadequado
	4º	SIM	SIM	SIM	MULHER	Inadequado



**QUADRO 3 - RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS JORNALISTAS E OS LIDES - DM/OP - 2016/2017**

JORNAL	Caso	A mulher denunciou?	Ela é sujeito no lide?	Poderia ser melhor escrita?	Sexo do Jornalista	CLASSIFICAÇÃO
	5º	SIM	NÃO	SIM	HOMEM	Inadequado
OP2016	1º	SIM	NÃO	SIM	NI	Inadequado
	2º	SIM	NÃO	SIM	NI	Inadequado
	3º	SIM	NÃO	SIM	MULHER	Inadequado
	4º	SIM	NÃO	SIM	NI	Inadequado
	5º	NI	NÃO	SIM	NI	Inadequado
	6º	NI	NÃO	SIM	NI	Inadequado
	7º	SIM	SIM	NÃO	NI	Adequado
	8º	SIM	NÃO	SIM	NI	Inadequado
OP2017	9º	SIM	NÃO	SIM	NI	Inadequado
	10º	NI	NÃO	SIM	NI	Inadequado
	11º	NI	NÃO	SIM	NI	Inadequado

FONTE: GRUPO BENEDITA TATU  
AUTORIA: RAKELL DHAMARYS MOREIRA

Conforme o quadro n° 3 nos mostra, apura-se que o padrão que apresenta o homem no centro da informação é encontrado nas narrativas escritas por jornalistas homens e mulheres. Tendo em vista que essa pesquisa se restringiu a analisar apenas os materiais publicados, ressalva-se que ela poderá, oportunamente, ser retomada e continuada por meio de entrevistas com esses profissionais, o que pode modificar essa percepção e caminhos para o enfrentamento do problema.

Em outro giro, Saffioti (2015, p. 43) faz contribuições interessantes ao criticar as formas como “a teoria de gênero” é “utilizada em substituição à do patriarcado”. Ela entende que discutir as questões sobre gênero para “situar as mulheres em iguais condições com os homens” é importante, porém o seu uso exclusivo não é capaz de modificar a sociedade composta de sujeito múltiplo.

Ela prossegue mostrando que, além de gênero, há interações de fatores como, por exemplo, raça/etnia e classe que ainda poderiam manter essas mulheres na “categoria dominada-explorada”, mas essas questões são invisibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e pelos meios de comunicação.

A propósito, ao estudar gênero, identificam-se discussões teóricas que ora comportam gênero e patriarcado como sinônimos, ora como categorias distintas. Neste estudo, seguiremos as duas linhas como complementares, já que um estudo nessa perspectiva se torna relevante para compreendermos como as diferenças biológicas se tornaram desigualdades, viraram estereótipos e como isso permeia a sociedade, estabelece dominação e naturaliza o estupro.



Segundo Ana Cláudia de Lima (2014), o patriarcado é compreendido, pelo feminismo contemporâneo, como um meio sociopolítico que se insere e comanda as atividades humanas individuais e coletivas, incluindo as diferenciações de papéis sociais e as hierarquias entre os gêneros.

Percebe-se que, da mesma forma como acontece com as relações de gênero, o patriarcado também se atualiza e se manifesta de formas diferentes nas sociedades e nos momentos históricos.

Carole Pateman (1993) afirma que, através de um contrato social pautado na categoria do sexo, o patriarcado invade todos os espaços sociais e de manifestações da sociedade, o que inclui dizer a arte, a mídia, o lazer, as relações amorosas, comerciais, políticas, urbanas, institucionais, etc. É através do patriarcado que as diferenças sexuais são transformadas em políticas, “passando a se exprimir em liberdade ou sujeição” (PATERMAN, 1993, p. 21).

Alessandra Chacham (2004, p. 81), em *A mulher brasileira*, conta que na colônia “todo o poder emanava do patriarca, que organizava a ordem social em uma região geograficamente imensa (...). No modelo clássico da família patriarcal, unidade social dominante, havia um núcleo (patriarca, esposa e filhos legítimos) e sua periferia (concubinas, amantes, filhos ilegítimos, etc.)”.

Essa moralidade, segundo Freyre, gera o duplo de moralidade para homens e mulheres brasileiros, resultando em extrema diferenciação entre os sexos, sendo que o homem é superior, forte, viril e ativo, e a mulher é inferior, fraca, bela, desejável e sujeita a dominação do patriarca. Esse modelo dá ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limita o da mulher a ir para a cama com o marido, toda santa noite. (CHACHAM, 2004, p. 81).

Assim, “a tradição patriarcal está na origem da hierarquia de gênero no Brasil e se manifesta de diversas formas, sendo uma delas a linguagem usada para se referir ao corpo” de homens e mulheres (CHACHAM, 2004, p. 81). Dessa maneira, a construção dos direitos sexuais, historicamente, assume como paradigma o masculino (SILVA, 2017, p. 10-11). Se repetições dessas práticas foram essenciais para moldar a sociedade em categorias de gênero discutidas nesse tópico, essa pesquisa entende que os estereótipos são a sua materialização e responsáveis pela manutenção da realidade de violência sexual contra mulheres.

Desta maneira, a violência sexual, a propósito, numa perspectiva de estereótipos, é vista como uma categorização que o homem pratica contra a mulher, por reconhecer no grupo das mulheres categorias de gênero opostas a sua, como: a vulnerabilidade, a fraqueza, a dominada e a coisa/objeto.

### Considerações finais





Esta pesquisa analisou 16 matérias jornalísticas do jornal *O Popular e Diário da Manhã* relacionadas ao estupro no período de 2016 e 2017. Buscou-se, por meio de um estudo comparativo entre as narrativas das coberturas jornalísticas e a relação da culpabilização das mulheres vitimadas e expostas por essas coberturas.

Nesta via, partiu-se do estupro como uma questão de gênero que se materializa e se mantém socialmente por meio de estereótipos em que o homem é dominador e a mulher é a vítima dominada (MOURA, 2017).

Por meio de uma pesquisa interdisciplinar, podemos entender que, a partir dos estereótipos de gênero. Segundo Chauí (1985), a violência transforma diferenças biológicas em desigualdades e hierarquias entre os gêneros e os papéis sociais, retirando a autonomia da mulher e estabelecendo uma dominação, característica dos crimes sexuais.

Ao analisarmos as características da violência nesse sentido, entendemos que uma violência sexual contra a mulher se dá em razão do gênero em sua maioria, pois a violência de gênero é uma violência que se desenvolve socialmente e culturalmente, recaindo sobre a liberdade, o corpo e a dignidade da mulher. E, como consequência, a mulher sofre uma violência de gênero (o mais forte domina o mais fraco), logo reflete na sociedade por e como consequência é reproduzido pelas narrativas dos jornais impressos.

Neste contexto, entendemos que a violência, nesse aspecto, evolui para a violência simbólica, naturalizando o estupro como fato comum da sociedade.

Assim, na amostra dos jornais analisados, identificamos, por meio dos títulos, das retrancas, lide, motivação e o corpo das matérias, que colaboram para a culpabilização das mulheres vitimadas, em uma teia de fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 2017) o que acaba por naturalizar o problema e reforçar a ideia de que isso é uma realidade imodificável.

Acrescentamos também, quanto aos dados das análises de conteúdo realizados com base em Bardin (1977), que tanto os homens quanto as mulheres jornalistas utilizam técnicas e termos em suas narrativas que (re)produzem as desigualdades de gênero ao culpabilizarem a vítima. Os motivos encontrados foram: matérias escritas descontextualizadamente e sem uma reflexão crítica e social sobre o tema. Da mesma forma, não existe uma legislação ou um componente pedagógico no sentido de orientar o jornalista, ou vedar a violência e a culpabilização simbólica no país.

Neste contexto, as narrativas jornalísticas deixam de fazer parte da solução e se integram em parte do problema que alimenta a cultura do estupro e, como resultado, a elevação dos índices de violência sexual no estado e país. Por essa razão, propomos um debate mais aprofundado sobre o tema na busca de se pensar políticas públicas, treinamentos e



formação sobre questões de gênero aos jornalistas, modificação de leis, dentre outras medidas e estudos.

Por fim, conclui-se como garantia dos direitos humanos das mulheres que seja vedada a análise da moralidade da vítima, comportamento, vida pregressa e privada, etc.. Ainda sobre as narrativas dos jornais, é necessário ressaltar que as matérias não tragam motivos ou justificativas para o crime, tampouco foque na agressividade do criminoso ou na vulnerabilidade da vítima, que seja dada a proatividade da mulher, que os fatos sejam contextualizados e tragam uma reflexão crítica, que as retrancas abordem a temática da violência contra mulheres, violência de gênero, e não o nome de cidades ou palavras dissonantes. Acreditamos que o crime não deve ser romantizado ou narrado de forma sensacionalista bem como tudo que possa favorecer a culpabilização, evitado.

### Referências

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Princípios internacionais da ética profissional no jornalismo*. 2013. Disponível em <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BANDEIRA, Loudes et al. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Rev. Estud. Fem.*, vol. 10, n. 1, Florianópolis, Jan. 2002. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100007). Acesso em: 21 nov. 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições, v. 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* 2017. Disponível em [http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/01/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf). Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996*. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm). Acesso em: 05 jan. 2020.



BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 05 jan. 2020.

BROWNMILLER, Susan. *Against our will: men, women, and rape*. Bantam Books, 1975.

CARDOSO, Isabela et al. A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: os discursos de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. Ilhéus, nº 7, p. 69-85, dez. 2014. Disponível em [http://uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista7/eid&a\\_n7\\_05\\_iv.pdf](http://uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista7/eid&a_n7_05_iv.pdf). Acesso: 10 jan. 2019.

CHACHAM, Alessandra S. et al. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. In *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHAGAS, Fundação C. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAUÍ, Marilena. *Participando do debate sobre mulher e violência*. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, *Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo: Zahar Editores, 1985.

CLEMENT, Jennifer. *Reze pelas mulheres roubadas*. Tradução: Léa V. Castro. Rio de Janeiro: Racco, 2014.

DANTAS, Fernanda B.C. et al. Violência sexual contra a mulher: culpabilização da vítima. *Revista Fadivale*, Governador Valadares. Ano XII, nº 14, 2017. Disponível em <http://www.fadivale.com.br/portal/revista-online/revistas/2017/Fernanda-Bethania-Cardoso-Dantas.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

GREGORI, Maria F. *Cenas e queixas um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LIMA, Ana C. S. de. *Violência sexual em mulheres na cidade de Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2014.

LIMA, Angelita P. *A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia*. Dissertação de Mestrado. UFG. Goiânia, 2001.

LIMA, Marcus E. O. *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. EDUFBA, Salvador: 2004.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. *Psicologia social: crítica e libertação na psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MOURA, Samantha N. C. *Estupro de mulheres como crime de guerra: lições sobre direito, feminismo e vitimização*. Campinas-SP: Servanda, 2017.

ONU. *Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder*. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/34, de 29 de Novembro de 1985. Disponível em



<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPrincBasJustVitCriAbuPod.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PÊCEGO, Antônio J. F. S. *Delito de estupro: uma leitura tipológica*. São Paulo: Nova edições acadêmicas, 2018.

ROSSI, Giovanna. *A culpabilização da vítima no crime de estupro: os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica*. Florianópolis: Empório do direito, 2016.

SAFFIOTI, Helieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. Expressão Popular, São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, Helieth I. B. et al. B. Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Helieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTI, Cynthia et al. *Aí a porca torce o rabo*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. Fundação Carlos Chagas. Brasiliense, São Paulo: 1980.

SCARPATI, Arielle S. *A cultura do estupro faz a culpa ser transferida do agressor para a vítima*. Disponível em <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SILVA, Beatriz C. *O atendimento de mulheres vítimas de violência sexual pela Segurança Pública no Distrito Federal e a percepção dos profissionais da área sobre atendimento*. Dissertação de mestrado. UNB. Brasília, 2017.

SOUSA, Renata Floriano de. *Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres*. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, abr. 2017.

SOUZA, C.; ADESSE, L. *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Ipas, 2005.

SOUZA, Cecilia M.; ADESSE, Leila. *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Ipas, 2005.

SOUZA, Cecília de Mello et al. *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: IPAS, 2005.

SOUZA, Isabela A. *O preconceito nosso de cada dia: um discurso sobre as práticas discursivas no cotidiano*. Tese de Doutorado em psicologia social. PUC-SP, São Paulo, 2008. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp058855.pdf>. Acesso: 12 jan. 2019.



SOUZA, Marcio. F. *Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SOUZA, Tatiana M. C. et al. *Violência contra mulheres*. Goiânia: UFG, 2018.

TRINDADE, Antonio et al. *Estereótipos, preconceito e discriminação*. São Paulo: IEI, 2017.